

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 163.755 - SP (2019/0037904-9)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
SUSCITANTE : ESSENCE DENTAL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
ADVOGADOS : MARCOS PELOZATO HENRIQUE - SP273163
GABRIEL BATTAGIN MARTINS - SP0174874
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE ARARAQUARA - SP
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE RONDONÓPOLIS - MT
INTERES. : EDUARDO NORIO MIYASHITA
ADVOGADO : JOSÉ APARECIDO ALVES PINTO - MT004738

DECISÃO

Trata-se de conflito positivo de competência, com pedido liminar, suscitado por ESSENCE DENTAL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA em face do JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE ARARAQUARA - SP e do JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE RONDONÓPOLIS - MT.

Ação em trâmite no Juízo da 3ª Vara Cível de Araraquara - SP: recuperação judicial da suscitante.

Ação em trâmite no Juízo da Vara da 2ª Vara Cível de Rondonópolis - MT: cumprimento de sentença em ação cível.

Conflito de competência: alegam que somente o Juízo Universal possui competência para praticar atos constitutivos em face de empresa em recuperação judicial e/ou falência.

RELATADO O PROCESSO, DECIDO.

O STJ assentou o entendimento de que, tanto após o deferimento do pedido de recuperação judicial quanto após a decretação da quebra, o destino do patrimônio da sociedade não pode ser afetado por decisões prolatadas por juízo diverso do que é competente para a recuperação ou falência. Nesse sentido: CC 79170/SP, Primeira Seção, DJe 19/09/2008; e CC 106.768/RJ, Segunda Seção, DJe 02/10/2009.

Portanto, na espécie, mediante juízo perfunctório, infere-se que o Juízo de direito de Rondonópolis suscitado não detém competência para dar

continuidade a atos que impliquem restrição ao patrimônio da suscitante.

Forte nessas razões, DEFIRO o pedido liminar, a fim de suspender a prática, pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Rondonópolis - MT suscitado, de atos que impliquem constrição ao patrimônio das suscitantes, designando-se, outrossim, o Juízo da recuperação para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes.

Oficie-se aos Juízos suscitados, com urgência, comunicando-lhes e solicitando informações.

Após, ao MPF.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

